

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO – SEMOP Nº 022/2016

A Secretaria Municipal de Ordem Pública – SEMOP através da Comissão Setorial de Licitação - COSEL, designada pelas **Portarias nº 033/2016**, torna público para conhecimento dos interessados que realizará, por meio de sistema eletrônico, licitação na modalidade PREGÃO, **tipo menor preço global**, autorizada no processo administrativo nº 1892/2016, de acordo com as condições estabelecidas neste edital, aprovado pelo Parecer Jurídico da **RPGM/SEMOP nº167/2016**.

1. DA REGÊNCIA LEGAL

- 1.1 Lei Federal nº 10.520/02;
- 1.2 Lei Municipal nº 6.148/02;
- 1.3 Decreto Municipal nº 13.724/02;
- 1.4 Lei nº 8.666/93 na sua atual redação, subsidiariamente;
- 1.5 Lei Municipal nº 4.484/92, no que couber.
- 1.6 Decreto Municipal 23.748/2013;

2. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 2.1 O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.
- 2.2 Os trabalhos serão conduzidos por servidor público, designado através de ato interno, denominado PREGOEIRO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações”, constante da página eletrônica do Banco do Brasil, coordenador do sistema.

3. DO OBJETO

- 3.1 Constitui objeto desta licitação, a aquisição de mastro para Coordenadoria de Salvamento Marítimo-SALVAMAR, do tipo menor preço global.
- 3.2 O valor máximo que a SEMOP se dispõe a pagar é: R\$ 10.266,67 (dez mil, Duzentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

4.0 DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO

- 4.1 Recebimento das propostas: 01/08/2016 às 08:00hs até 09:30hs de 02/08/2016
- 4.2 Abertura das propostas: 02/08/2016 às 09:45hs
4. Início da sessão de disputa de preços: 02/08/2016 às 10:00h

- 4.4 O fornecedor deverá observar, rigorosamente, as datas e os horários limites para o recebimento e a abertura da proposta, atentando, também, para o início da disputa.
- 4.5. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão, obrigatoriamente, o **horário de Brasília – DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
- 4.6. Formalização de consultas: observado o prazo legal, toda e qualquer pessoa poderá formular consultas pelo e-mail atendimento_cosel@salvador.ba.gov.br

5.0 DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 5.1 As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta dos recursos previstos no orçamento da Secretaria Municipal de Ordem Pública, na classificação orçamentária: Projeto/Atividade 2231, Elemento de Despesa 33.90.30, Fonte 000 (SEFAZ).

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1 Poderão participar do processo os interessados credenciados junto ao Banco do Brasil S/A, no prazo mínimo de 3 dias úteis antes da data de realização do Pregão Eletrônico, que atendam a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, e pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.
- 6.2 Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
 - a) Declarados inidôneos por ato da Administração Pública;

- b) Estejam sob falência, dissolução ou, liquidação ou recuperação judicial;
- c) Enquadrados nas hipóteses previstas nos incisos I, II e III do art. 9º da Lei 8.666/93;
- d) Que estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária aplicada por esta Administração Pública Municipal;

7. DO APLICATIVO LICITAÇÕES

- 7.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do pregão eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtida junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.
- 7.2 A chave de identificação e a senha terão validade de um ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco do Brasil S/A, devidamente justificado.
- 7.3 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S.A. a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 7.4 A Perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao Coordenador do Sistema, para imediato bloqueio de acesso.
- 7.5 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica em responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 7.6 Em se tratando de micro empresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento acrescentar as expressões “micro-empresa” ou “empresa de pequeno porte” ou suas respectivas abreviações “ME” ou “EPP”, à sua firma ou denominação confirme o caso.

8. A PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 8.1 A Participação no pregão eletrônico se dará por meio de digitação de senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limites estabelecidos. Obs.: a informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.licitações-e.com.br, opção “**Acesso identificado**”.
- 8.2 O encaminhamento de propostas pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances.
- 8.3 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9. DOS PROCEDIMENTOS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 9.1. A partir do horário previsto no sistema, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua conexão.
- 9.2 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente registrado no sistema.
- 9.3 Os lances formulados deverão indicar preço global.
- 9.4 O sistema não aceitará lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar. Entretanto, o licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote.
- 9.5 Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 9.6 A etapa de lances da sessão pública será encerrada pelo pregoeiro, mediante aviso de fechamento iminente de lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

- 9.7 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão do Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 9.8 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital. O Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.
- 9.9 Considera-se inexecutável, as propostas cujos custos unitários dos insumos que a compõem ou das parcelas que a integram divergirem, qualitativa e quantitativamente, dos preços praticados no mercado fornecedor ou estejam em desacordo com a legislação específica aplicável, em cada caso, à prestação de serviços.
- 9.10 Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.
- 9.11 Após o encerramento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.
- 9.12 O pregoeiro anunciará o(s) licitante(s) vencedor(s) imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão publicada ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 9.13 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o licitante detentor da melhor oferta deverá apresentar proposta de preços na forma do item 10, e comprovar a situação de regularidade, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas contados a partir do término do pregão, podendo esta comprovação se dar mediante encaminhamento imediato do original ou cópia autenticada, na forma dos artigos 28 a 31 da Lei 8.666/93, no prazo máximo de 02 (dois) dias contados a partir do término do pregão, para o endereço da COSEL sito à Sala de reunião da COSEL na Secretaria Municipal de Ordem Pública - SEMOP, situada na BR-324, Km 618 Porto Seco Pirajá - Salvador - Ba, Cep: 41280-420.
- 9.14 Os documentos a serem apresentados para cumprimento desta exigência são os relacionados no item 11 deste Edital.

10. DA PROPOSTA

- 10.1 A proposta deverá ser apresentada na forma do Anexo I deste edital, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações solicitadas, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo titular ou representante legal da licitante, devidamente identificado, constando, obrigatoriamente:
- a) Razão Social, CNPJ, endereço, telefone/fax e pessoa de contato.
 - b) Prazo de validade de proposta não inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos da data de apresentação;
 - c) Prazo de pagamento de até 30 (trinta) dias, na forma do item 16 deste edital.
- 10.2 Preço fixo e irrevogável.
- 10.3 A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o objeto desta licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente, às especificações do objeto licitado.
- 10.4 Não será aceita cobrança posterior de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei.
- 10.5 Os tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais e custos que sejam devidos em decorrência direta ou indireta do objeto desta licitação, serão de exclusiva responsabilidade do contribuinte, assim definido na Norma Tributária.
- 10.6 A licitante declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os custos, emolumentos, encargos, inclusive sociais, contribuições fiscais e parafiscais, bem como os tributos incidentes sobre a compra dos materiais, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

10.7 A apresentação de amostras deverá ocorrer quando da remessa da proposta e documentação.

- 10.7.1 As amostras, serão encaminhadas ao almoxarifado do órgão comprador situada na BR-324, Km 618, Oeste, Porto Seco Pirajá - Salvador - Ba, Cep: 41233-030 (SEDE DA LIMPURB/SEMOP), para

conferência no recebimento do(s) material (ais) ofertados, **no prazo de 03 dias úteis a contar do encerramento do pregão.** Caso este prazo seja insuficiente para a apresentação apenas das amostras, a empresa poderá solicitar ao pregoeiro com motivo justificado a dilatação deste prazo. Cabendo ao pregoeiro aceitar ou não.

- 10.7.2 Cada amostra deverá estar devidamente identificada com etiqueta auto-colante, contendo o nome da licitante, número da licitação e número do lote correspondente.
- 10.7.3 A devolução de amostras será feita 6(seis) dias após a homologação da licitação, no horário das 08:00 às 17:00 horas, na secretaria da COSEL/SEMOP (LIMPURB), sito no endereço constante do subitem 9.13.

Deverá ser juntado, obrigatoriamente, à proposta de preços o documento abaixo relacionado:

- a) Declaração emitida pelo **BANCO BRADESCO S.A.**, contendo o número da conta corrente e agência de origem, bem como o CNPJ da licitante, na forma do art. 4º § 2º do Decreto Municipal 13.991/2002.
- 10.8 O documento acima elencado poderá ser apresentado em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da unidade que realizará o Pregão, ou publicação em órgãos da imprensa oficial.

11 DA HABILITAÇÃO

11.1 Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da unidade que realizará o Pregão, ou publicação em órgãos da imprensa oficial. Aqueles que não mencionarem prazo serão considerados válidos até 90 (noventa) dias a partir da data de emissão da certidão.

11.2 Habilitação Jurídica

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- d) Inscrição do Ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada da prova de diretoria em exercício.

11.3 Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede da licitante.
- b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS).
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)
- d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- e) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDP) expedida gratuita e eletronicamente para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça de trabalho. A (CNDP) é válida por 180 dias contados da data da sua expedição

11.3.1 Dispositivos aplicáveis as ME e EPP

Observações aplicáveis às Micro e Pequenas Empresas, na forma da Lei Complementar nº 123/2006:

- a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante (ME ou EPP) for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa;
- b) A não regularização da documentação no prazo previsto na alínea anterior implicará na inabilitação do licitante e decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento.

11.4 Qualificação Técnica

- a) Apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou ou está executando serviço compatíveis com o objeto desta licitação.

11.5 Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de concordata, falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

11.6 Declaração assinada pelo titular ou representante legal da licitante, devidamente identificado, de cumprimento do disposto no Inc.XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. Anexo VI

11.7 A documentação relativa aos subitens 11.2, 11.3 e 11.5 poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC, expedido pela Secretaria Municipal de Gestão – SEMGE, sendo necessários que os mesmos se encontrem listados no CRC e dentro do prazo de validade. Caso contrário, a licitante fica obrigada a apresentá-los no ato da apresentação da documentação habilitatória.

- 11.7.1 Em caso de apresentação do CRC/SEMGE, a licitante deverá, obrigatoriamente, firmar declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação (Anexo V).

- a) Certidão Negativa de Concordata, Falência e Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura da Licitação ou dentro de prazo de validade constante no CRC.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

12 DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- 12.1 Para julgamento será adotado o critério **menor preço global**, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas e demais condições definidas neste Edital.
- 12.2 Serão aplicadas as sanções previstas neste edital, a critério da SEMOP, à empresa que, por motivos não justificáveis, recusar-se a disponibilizar o produto para avaliação técnica ou apresentá-los em desacordo com as especificações técnicas solicitadas.
- 12.3 Será desclassificada a proposta da empresa que descumprir o prazo estabelecido nos subitens 9.13, sendo facultado à Comissão convocar a(s) empresa(s) remanescente(s), obedecida a ordem de classificação, para apresentação do produto para avaliação de acordo com as especificações contidas no edital.

13. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

- 13.1 A Adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso.
- 13.2 A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

- 14.1 Não serão conhecidos as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.
- 14.1.1 Qualquer cidadão poderá impugnar o Edital de Licitação por irregularidade na aplicação desta lei, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame, devendo a administração julgar e responder a impugnação em até 03 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no §1º do art. 113 da lei Federal n.º 8.666/93.
- 14.1.2 Decairá do direito de impugnar os termos do Edital de licitação perante à administração o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura do certame.
- 14.2 Ao final da sessão, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhe facultado juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias corridos. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos autos na Secretaria da própria Comissão.
- 14.3 A falta de manifestação imediata e motivada importará na preclusão do direito de recurso.

- 14.4 Não será concedido prazo para recurso sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente. Os recursos contra decisões do Pregoeiro, em regra, terão efeito suspensivo, sendo este restrito aos itens objeto das razões oferecidas.
- 14.5 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.6 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sala do Pregão, localizada na Sala de reunião da COSEL na Secretaria Municipal de Ordem Pública - SEMOP, situada na BR-324, Km 618 Oeste, Porto Seco Pirajá - Salvador - Ba., Cep: 41233-030 (SEDE DA LIMPURB).

15. FORMA DE CONTRATAÇÃO/RECEBIMENTO DO MATERIAL

- 15.1 O objeto será recebido provisoriamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data do recebimento da Nota de Empenho, que será emitida em até 15 (quinze) dias após assinatura do contrato, para efeito de posterior verificação da conformidade dos materiais com as especificações;
- 15.2 Os produtos serão recebidos no Almoxarifado da SEMOP, por um representante técnico habilitado da SEMOP, sob a responsabilidade da SALVAMAR.
- 15.2.1 O recebimento provisório dar-se-á mediante termo circunstanciado.
- 15.2.2 Sendo constatados defeitos e divergências de especificações, o CONTRATANTE recusará o recebimento, dando ciência dos motivos da recusa à CONTRATADA, que assumirá todas as despesas daí decorrentes, sem prejuízo das penalidades previstas na lei, devendo, no prazo de 8 (oito) dias contados da notificação, repor o produto.
- 15.3 Considerar-se-á definitivo o recebimento do objeto deste edital, caso não haja qualquer manifestação da CONTRATANTE, até o prazo final de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.
- 15.4 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução deste contrato, quanto à qualidade, correção e segurança do objeto contratado.
- 15.5 A entrega dos materiais deverá ser efetuada no Almoxarifado da SEMOP, situada na Av Otavio Mangabeira Canteiro Central S/N, Patamares, Salvador - Ba. (tel: 3363-5333), na sede da SALVAMAR/SEMOP.
- 15.6 Todos os produtos entregues devem ser novos sem nunca terem sido utilizados, reformados ou reconicionados.
- 15.7 Apresentar certificado de garantia com prazo de validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega.
- 15.8 A nota fiscal deverá conter o(s) item(s) e data de fabricação e validade de cada produto a ser entregue, quando for o caso.

16. CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

- 16.1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias, mediante empenho, após a execução do serviço, sendo seus preços fixos e irrevogáveis.

17. SANÇÕES

- 17.1 O adjudicatário/contratado sujeitar-se-á, no caso de inadimplemento de suas obrigações, às seguintes sanções, graduada conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, se for o caso, de acordo com a Lei n.º 8.666/93, em sua atual redação e pela Lei Municipal n.º 4.484/92, esta no que couber, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório constitucional.
- 17.1.1 Advertência no caso de infrações leves, e ou, quando ocorrer atraso na entrega de materiais, de até 10 (dez) dias;
- 17.1.2 Multas:
- De até 15% (quinze por cento) sobre o valor do fornecimento, em caso de recusa do adjudicatário em assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação;
 - De até 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30.º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
 - De até 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, com o conseqüente cancelamento da nota de empenho e rescisão contratual; considera-se não realizado o fornecimento, após 60 (sessenta) dias de atraso;
 - De até 15% (quinze por cento) sobre o valor do fornecimento realizado, mas com atraso superior a 30 dias.

- 17.1.3 Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal e, se for o caso, descredenciamento no Cadastro Único de Fornecedores da Prefeitura Municipal do Salvador, pelo prazo de até 01 (um) ano, caso a licitante faça falsas declarações ou incorra em qualquer uma das hipóteses estabelecidas no (art. 7º da Lei 10.520/2002, art. 15 da Lei 6.148/2002 e art. 108, II, da Lei 4.484/92).
- 17.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração aplicada ao contratado ou adjudicatário que incorrer pela segunda vez na falta prevista no art. 108, II, da Lei 4.484/92, ou ainda conforme o que estabelece o artigo 88 da Lei 8.666/93, conforme segue:
- a) a licitante apresentar documentos para habilitação adulterados ou falsos, devidamente comprovados em processo administrativo;
 - b) tenha a licitante sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - c) tenha a licitante praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
 - d) tenha a licitante demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados;
- 17.2 As multas previstas no subitem 17.1.2 deste instrumento poderão, a critério da Administração, serem aplicadas isoladas ou conjuntamente com outras sanções, a depender do grau da infração cometida pelo adjudicatário.
- 17.3 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis ou serem deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da SEMOP.
- 17.4 Os danos e prejuízos serão ressarcidos à Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa à contratada, sob pena de multa.
- 17.4.1 Da rescisão contratual:
A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as enumeradas no art. 78, da Lei Federal n.º 8.666/93.

18 AS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1 Ao participar da licitação, a licitante declara sob as penalidades da Lei, a inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis pela licitação, quer direta ou indiretamente.
- 18.2 A apresentação de proposta a esta licitação implica na aceitação integral e irrevogável dos termos deste edital e seus anexos.
- 18.3 A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a SEMOP revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.
- 18.4 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.
- 18.5 É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 18.6 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 18.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta.

- 18.8 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 18.9 No caso de haver desconexão do Pregoeiro com o sistema eletrônico, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema poderá permanecer acessível aos licitantes para o recebimento dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 18.10 Persistindo a desconexão por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa, reiniciando somente após comunicação expressa aos participantes.
- 18.11 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.
- 18.12 Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro com base na legislação vigente.
- 18.13 Fica designado o foro da Cidade do Salvador, Capital do Estado da Bahia – Brasil, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultante deste edital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- 18.14 Correrá por conta da contratada todas e quaisquer despesas adicionais com serviços e mão de obra, necessários para a perfeita execução do serviço.

19 Anexos do Edital

1. Anexo I - Termo de Referência
2. Anexo II - Modelo de Proposta Financeira
3. Anexo III - Modelo de Contrato
4. Anexo IV - Modelo de Procuração
5. Anexo V - Declaração de cumprimento aos Requisitos de Habilitação
6. Anexo VI - Declaração de Atendimento ao Inciso XXXIII do Art. 7.º da Constituição Federal

Salvador, 21 de julho de 2016.

CAMILA ANDRADE GUIMARÃES CARNEIRO
Presidente da Comissão de Licitação-SEMOP

PREGÃO ELETRÔNICO – SEMOP – N.º 022/2016

MASTRO PARA SINALIZAÇÃO:

MASTRO PARA SINALIZAÇÃO EM MADEIRA DE LEI DO TIPO MASSARANDUBA,
DIMENSÕES: COMPRIMENTO 400CM, SEÇÃO QUADRADA 3,5X3,5CM
APARELHADO, EXTREMIDADE COM UMA PONTEIRA DE 15CM.



PREGÃO ELETRÔNICO – SEMOP – N.º 022/2016

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

DADOS DA LICITANTE				
Razão social/Nome		CNPJ/CPF:		
E-mail:		Tel.:	Fax.:	
Nome da pessoa que assinará o contrato de fornecimento de material:				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
02	MASTRO PARA SINALIZAÇÃO	200		
VALOR GLOBAL				

1) Declaramos ter conhecimento:

- a) de que nos preços propostos são fixos e irrevogáveis, pelo prazo de 12 (doze) meses, após o que poderão ser reajustados pelo índice IPCA-E;
- b) de que nos preços propostos estão inclusos e diluídos os custos relativos aos serviços necessários a perfeita execução do contrato, bem como as despesas de natureza tributária, trabalhista, previdenciária, impostos, taxas, contribuições sociais, fiscais, para fiscais, não cabendo nenhum pagamento adicional;
- c) e aceitamos todas as condições deste Edital;
- d) de que a forma de pagamento será feito mediante empenho, 30 (trinta) dias após a execução dos serviços, com apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela Assessoria de Imprensa da SEMOP.
- e) das condições dos locais e da execução dos serviços;

2) Declaramos que entre nossos dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis técnicos e demais profissionais não figuram empregados da Prefeitura Municipal do Salvador e que estão aptos a participar desta licitação;

Salvador, de de 2016.

Nome do Representante Legal da Licitante
C.P.F.

PREGÃO ELETRÔNICO – SEMOP – N.º 022/2016
ANEXO III – MODELO DE CONTRATO DE MATERIAL
CONTRATO DE SERVIÇO

PROCESSO N.º 1892/2016	PREGÃO ELETRÔNICO N.º 022/2016	PARECER RPGM n.º 167/2016	DATA DE EMISSÃO/...../.....	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2231 ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.000		FORMA / PRAZO DE PAGAMENTO Mediante empenho, 30 (trinta) dias após a entrega do material, com apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela SALVAMAR/SEMOP.		
LICITANTE VENCEDORA				
RAZÃO SOCIAL / NOME			C. N. P. J. / C.P.F.	
ENDEREÇO DA LICITANTE				
E-MAIL			TELEFONE N.º	FAX N.º
LOCAL / ENDEREÇO PARA ENTREGA Almoxarifado da SEMOP/ situada na Av Otavio Mangabeira Canteiro Central S/N , Patamares , Salvador – Ba . (tel: 3363-5333), na sede da SALVAMAR/SEMOP.				
Constitui objeto desta licitação, a aquisição de mastro para Coordenadoria de Salvamento Marítimo- SALVAMAR, do tipo menor preço global.				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
02	MASTRO PARA SINALIZAÇÃO	200		
VALOR GLOBAL (por extenso):				
Prazo Contrato: 30 (trinta) dias				
Condições de pagamento: até 30 (trinta) dias, mediante empenho, após a execução do serviço, sendo seus preços fixos e irrevogáveis.				
Prazo de entrega: até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da nota de empenho.				
Assinatura da Contratada:				
Observações: a) No caso do inadimplemento de suas obrigações o Contratado estará sujeito às sanções constantes no edital em especial a do item 17. b) Fica designado o foro da Cidade do Salvador, Capital do Estado da Bahia - Brasil, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.				
3 (TRÊS) VIAS: PROCESSO – COSEL – FORNECEDOR				

Salvador, _____ de _____ de 2016

ROSEMMA BURLACCHINI MALUF
 P/ Secretaria Municipal de Ordem Pública
CONTRATANTE

REPRESENTANTE LEGAL
EMPRESA CONTRATADA
CONTRATADA
TESTEMUNHAS:

1) _____ CPF N.º _____

2) _____ CPF N.º _____

PREGÃO ELETRÔNICO- Nº 022/2016

ANEXO IV - MODELO DE PROCURAÇÃO

A (razão social da empresa), devidamente inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na _____, neste ato representada pelo Sr.(a) _____, RG nº _____, CPF nº _____, pelo presente instrumento particular de procuração e pela melhor forma de direito, nomeia e constitui seu representante o Sr. (a) _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ e CPF nº _____, a quem são conferidos poderes para representar a empresa outorgante no Pregão nº ____/____, instaurado pela Secretaria Municipal de Ordem Pública – SEMOP, em especial para firmar declarações e atas, apresentar e desistir da apresentação de lances verbais, negociar os valores propostos, interpor ou desistir da interposição de recursos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame acima indicado.

_____, ____ de _____ de _____.
(local e data)

(assinatura do responsável pela outorga)

OBSERVAÇÃO: A PROCURAÇÃO DEVERÁ SER EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE.

PREGÃO ELETRÔNICO – SEMOP– N.º 022/2016

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A (nome da empresa)....., CNPJ nº, com sede à, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente certame licitatório, na modalidade Pregão, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. Declara, ainda, da ciência de cumprir plenamente os requisitos de habilitação, sob pena das sanções previstas no edital.

_____, ____ de _____ de _____.
(local e data)

Assinatura e nº do RG do declarante

PREGÃO ELETRÔNICO – SEMOP – N.º 022/2016

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7.º DA CONSTITUIÇÃO

Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Salvador, _____ de _____ de 2016.

Licitante interessado